

A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO

ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES DA REDE DE GESTORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA PARA REFLEXÕES – RUMO À IV PLENÁRIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

A compreensão da Rede de Gestores em Economia Solidária está baseada em uma concepção que a situa como uma estratégia de sobrevivência e de luta contra a exclusão provocada basicamente pelo desemprego estrutural, fortemente agravado a partir da década de 90. Embora nascida dessa premissa, a Rede de Gestores a entende como uma política de desenvolvimento, com a centralidade no trabalho, realizado democraticamente pelos seus membros e posse coletiva dos meios de produção.

Nos objetivos estratégicos para a consolidação da economia solidária, a Rede de Gestores busca, em primeiro lugar, garantir através da economia solidária o desenvolvimento de uma política que contribua para a erradicação da pobreza através da geração de trabalho e renda, porém garantindo a condição de protagonistas para os sujeitos desse processo.

Aparece, também, uma clara preocupação no desenvolvimento da economia solidária com respeito ao meio ambiente e à diversidade de sujeitos. Preocupa-se em divulgar a economia solidária para amplos setores da sociedade, em um claro objetivo de difundi-la para que se constitua como uma nova forma de fazer econômico.

A construção da Política Pública de Economia Solidária debatida na Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária parte do acúmulo dos gestores e gestoras, face às experiências vivenciadas nesse campo, com o diálogo entre os diferentes atores e atrizes que atuam na Economia Solidária, sejam trabalhadores e trabalhadoras da Economia Solidária, estudiosos, pesquisadores, entre outros e outras, com a compreensão desta Política Pública como direito dos cidadãos e cidadãs e dever do Estado.

Assim, para a Política Pública de Economia Solidária, algumas características são importantes serem consideradas na sua implementação, quais sejam:

- Política de Ações Intersetoriais: considerando a concepção da Política Pública de Economia Solidária como uma estratégia e política de desenvolvimento, e que, possui várias dimensões, além da econômica, a social, cultural, política, educacional, tecnológica, ambiental, entre outras, ela demanda ações transversais, que devem contemplar a grande diversidade dos sujeitos a serem inseridos, inscrita assim, como uma política de direitos e democrática.

Isso implica numa articulação de ações intragovernamentais envolvendo as várias políticas setoriais e de direitos, bem como ações que integrem as responsabilidades dos três entes federados;

- Política de Ações Articuladas com as Organizações da Sociedade Civil: a própria construção da Política Pública de Economia Solidária, parte do movimento social da Economia Solidária, que diante do acúmulo de suas experiências, a compreendem como um avanço importante e necessário, que esteja integrando a agenda de um Estado Republicano e Democrático. Para tanto, é fundamental nesse processo a articulação com a sociedade civil, sejam as representações de organização dos trabalhadores e trabalhadoras da Economia Solidária, assim como das entidades de apoio e fomento à Economia Solidária, que fazem parte desse processo histórico de luta, que possuem conhecimento e prática, que vivenciam limites e se propõem a enfrentar os desafios na implementação da Política Pública de Economia Solidária;

- Política Propositiva de Processos de Organização e Desenvolvimento: na caracterização dos sujeitos dessa política pública, prioritariamente estão aqueles em situação de maior vulnerabilidade social, que em decorrência de todo contexto histórico vivenciado encontram-se fragilizados nos processos de mobilização e organização locais, reforçando relações de subalternidade. Para FRANÇA FILHO, “tais políticas buscam em primeiro lugar estimular processos de auto-organização coletivo para uma tentativa de construção de processos mais sustentáveis de desenvolvimento” (FRANÇA FILHO: 2006 p. 266). A partir dessa compreensão da realidade, a ação propositiva do Estado é necessária, assumindo sua responsabilidade nesse campo;

- Política de Estratégia Coletiva: a Política Pública de Economia Solidária não tem como foco o indivíduo isolado, mas o coletivo. As pessoas são consideradas em sua individualidade, mas a dimensão da proposição é mais ampla. “Trata-se de buscar operar novas institucionalidades ou marcos regulatórios territoriais, ressignificando o sentido das práticas econômicas que vão se operar em relação estreita com a própria vida social, política, cultural e ambiental nos seus respectivos territórios” (FRANÇA FILHO: 2006 p. 266). Significa o desenvolvimento de ações que incorporem e dêem suporte a estratégias coletivas para enfrentamento e superação das relações e condições de subsistência para um patamar de organização política, de alteração das relações sociais de produção, comercialização e consumo.

O lugar institucional da política pública de economia solidária estrategicamente ideal, é o espaço por onde se realiza a política de desenvolvimento, já que a Rede de Gestores entende a política pública em economia solidária como uma estratégia de desenvolvimento; pondera, também, que essa política está em construção e, como tal, está em disputa com outras ações do Estado.

O espaço de atuação da política pública de economia solidária é aquele que melhor compõe com a realidade institucional do município; assim, encontramos programas de economia solidária em Secretarias de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, em Secretarias de Assistência Social, em Secretarias de Governo, em Secretarias de Saúde, entre outras que ainda possam sediar programas dessa natureza.

Há que se analisar que a política pública de economia solidária, atualmente desenvolvida no país, ainda não é abrangente. Isto se deve, primeiro, ao entendimento de que a atual ordem econômica é natural, reduzida às leis do mercado. Segundo, pela forte influência da visão da sociedade salarial, cuja crença no crescimento econômico a partir da economia de mercado ainda é determinante. Terceiro, porque o Estado, indutor de desenvolvimento, sempre usou o seu poder redistributivo para financiar a economia de mercado, havendo, uma relação historicamente construída entre o poder político local, estadual ou federal e os principais agentes da economia de mercado.

Os instrumentos para aplicação da política pública em economia solidária requerem um comprometimento do Estado, inclusive direcionando o poder de compra do Estado, que sempre esteve voltado para um público seletivo, oportunizando acesso para os empreendimentos da economia solidária.

Para que isso aconteça, a Rede de Gestores propõe a definição de marcos legais específicos que possibilite aos empreendimentos de economia solidária fornecer bens e serviços ao Estado. Uma das ações inseridas nessa estratégia é a necessidade de alteração da Lei 8666, a Lei das licitações.

Um primeiro avanço foi conseguido através da Lei Federal 11.445/2007 que possibilita ao Poder Público “contratar coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta de lixo, efetuadas por associações ou cooperativas...reconhecidas pelo Poder Público...”.

Trata-se sem dúvida alguma de importante instrumento de inclusão social e de política de desenvolvimento na área de serviços e produção relacionada ao meio ambiente.

Um segundo avanço foi conseguido através da Lei Federal 11.488/2007 que introduz as sociedades cooperativas na Lei geral das pequenas e micro empresas, instrumento legal que cria facilidades na disputa da Lei 8666.

Evidentemente que a multiplicação de ações públicas nesta linha proposta provocará um aumento da importância social e econômica deste novo agente e implicará, seguramente, em uma reação dos setores que estarão perdendo espaço econômico.

Importante ressaltar que a Rede de Gestores propõe um significativo processo de educação formal, de formação e capacitação no entendimento conceitual de economia solidária, assim como na apropriação de instrumentos de gestão e tecnológico, utilizando-se de parceiros que constroem a economia solidária no país.

Esse instrumento de ação tem semelhança com processos formativos que partidos e sindicatos de esquerda faziam para seus quadros políticos, porém com um elemento de diferença fundamental porque, nesse caso da economia solidária, os beneficiários dessa política pública passam a ser donos não só dos processos de trabalho mas, também, dos meios de produção; além disso, aprendem a decidir coletivamente e a pensar em uma lógica solidária e não competitiva.

A Rede de Gestores abre a possibilidade de que os empreendimentos podem dispor do seu registro, ou da sua legalidade institucional, pois tem o cuidado de considerar a diversidade dos sujeitos envolvidos nesses empreendimentos.

Outro aspecto importante que a Rede de Gestores procura deixar pontuado, é o caráter de permanência desses empreendimentos solidários, preocupação com a perenidade e sustentabilidade; para fazer esta ponte, a Rede de Gestores apresenta um leque variado de atividades econômicas possíveis de serem realizadas e aponta para a perspectiva de criação de organizações regionalizadas, nacionais e até internacionais, de forma que possam atuar em rede.

Por entender que a construção de um Estado republicano e democrático é uma questão de princípio, a Rede de Gestores considera que a participação e o controle social dos sujeitos envolvidos na construção da política pública em economia solidária deve acontecer na formulação, no desenvolvimento e na avaliação das políticas; assim, ocorre uma construção em um espaço de tensão, próprio das construções democráticas, porém com transparência, igualdade de condições, aperfeiçoamento e a legitimação da política.

As estratégias definidas pela Rede de Gestores Públicos em Economia Solidária estão definidas em quatro grandes eixos, sendo o primeiro deles a defesa da implantação de sistemas públicos integrados de políticas públicas, notadamente as de trabalho, emprego e renda e de desenvolvimento social; somado a essa estratégia, a importância que a Rede de Gestores dá na participação dos segmentos da economia solidária na gestão das políticas públicas da Assistência Social.

Essa estratégia busca através da integração das políticas públicas da área do trabalho, do desenvolvimento e da assistência, criar um sistema público que permita maior potencialidade pública, entre recursos humanos, financeiros e legal, para inscrever a economia solidária como uma estratégia de desenvolvimento.

O processo em curso de criação de um Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda pelo MTE, pode se constituir com o tempo, em um espaço de sede da política pública de economia solidária, pois a organização e o fomento de empreendimentos solidários está previsto nesse sistema, tendo como público alvo os sujeitos oriundos dos

programas de transferência de renda, historicamente sediados nas Secretarias de Assistência Social.

O segundo eixo defendido pela Rede de Gestores em suas estratégias de fortalecimento da economia solidária, traz a afirmação da necessidade de avanços na definição de marco legal para a economia solidária nas três esferas de governo, enfatizando a criação de linhas de crédito específicas e a criação de canais de acesso dos empreendimentos de economia solidária às compras públicas.

As linhas de crédito específicas para os empreendimentos já constituídos e em operação, tem acontecido através da criação de Bancos do Povo Municipais, entidades que apresentam um perfil associacionista, com a participação de Prefeituras, Universidades, Sindicatos (em geral de trabalhadores), cuja missão é de fornecer créditos baratos para micro e pequenos empreendedores, com linha de crédito especial para empreendimentos associativos.

Para os empreendimentos solidários em formação, com a participação de sujeitos com baixa escolaridade, nenhum conhecimento de gestão e tecnológico, o financiamento tem acontecido pelas Secretarias envolvidas no fomento ao programa, com a participação de transferências federais através de Ministérios como MTE, MDS, MDA e bancos públicos como BNDES e Banco do Brasil, através da Fundação Banco do Brasil. Não existe uma definição de Estado como ocorre com o SUS e SUAS, em que os recursos são definidos e alocados em fundos específicos. Trata-se de uma política de disputa por fundos, ou via projetos de financiamento, ou via editais, que se tem mostrado pouco eficaz.

O terceiro eixo é orientado para a formação de servidores e gestores públicos e organizações sociais em economia solidária, além de apontar para a necessidade de criação de órgãos de fomento em economia solidária dentro do Estado. Essa estratégia está relacionada à estruturação de um corpo de profissionais com a função de se tornarem multiplicadores dos princípios norteadores da economia solidária, de forma a se constituir uma massa crítica de formadores junto aos empreendimentos solidários e, além disso, difundir a economia solidária e torná-la conhecida pelo conjunto da sociedade.

Os órgãos de fomento tem sido, ao longo desse período de desenvolvimento da economia solidária, o suporte de recursos humanos, tecnológico e de materiais. São oriundos de organizações não governamentais, de universidades em sua maioria públicas, denominadas Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, e de organizações governamentais, em sua maioria municipais, denominadas de Incubadoras Municipais.

BIBLIOGRAFIA

GUIMARÃES, Gonçalo e SCHWENGBER, Ângela. Diretrizes para Políticas Públicas de Economia Solidária: A contribuição dos Gestores Públicos. Rio de Janeiro : ITCP/COPPE/UFRJ, 2004.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. In: FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de, LAVILLE, Jean-Louis, MEDEIROS, Alzira e MAGNEN, Jean-Phillippe: Ação Pública e Economia Solidária Uma perspectiva internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006